

# Superior Tribunal de Justiça

**HABEAS CORPUS Nº 548.259 - PR (2019/0355399-1)**

**RELATOR** : **MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA**  
**IMPETRANTE** : JADER DE SANTANA  
**ADVOGADO** : JADER DE SANTANA - PR088959  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ  
**PACIENTE** : EMANUEL MOLINETT (PRESO)  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ

## DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em favor de EMANUEL MOLINETT – preso cautelarmente pela suposta prática dos crimes de tráfico de drogas e associação para o tráfico – contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná (0054005-87.2019.8.16.0000).

Na ação originária, a defesa alegou constrangimento ilegal diante da negativa de acesso aos autos de interceptação telefônica e de motivos legais para a prisão preventiva. O Tribunal estadual, contudo, denegou a ordem, recebendo o acórdão a seguinte ementa (e-STJ fl. 94):

*HABEAS CORPUS - TRÁFICO ILÍCITO DE ENTORPECENTES E ASSOCIAÇÃO AO TRÁFICO - PEDIDO DE HABILITAÇÃO DA DEFESA NOS AUTOS DE INTERCEPTAÇÃO TELEFÔNICA INDEFERIDO - DILIGÊNCIAS EM CURSO - INOCORRÊNCIA DE VIOLAÇÃO AO ENUNCIADO VINCULANTE N. 14 - AUDIÊNCIA DE CUSTÓDIA NÃO REALIZADA - JUSTIFICATIVA DO MAGISTRADO - AUSÊNCIA DE ESTRUTURA NA COMARCA - CUMPRIMENTO DE 33 (TRINTA E TRÊS) MANDADOS DE PRISÃO PREVENTIVA - INDÍCIOS DE AUTORIA E PROVA DA MATERIALIDADE - SEGREGAÇÃO NECESSÁRIA PARA A GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA - DECISÃO DEVIDAMENTE MOTIVADA - IMPRESCINDIBILIDADE DE OBSTAR A REITERAÇÃO DELITIVA - GRAVIDADE CONCRETA - CONDIÇÕES PESSOAIS FAVORÁVEIS - IRRELEVÂNCIA - MEDIDAS CAUTELARES DIVERSAS DA PRISÃO - INSUFICIÊNCIA - ORDEM DENEGADA.*

Nas razões da presente ação, a defesa alega que a medida foi aplicada com base apenas na gravidade abstrata do crime, sem apoio nas hipóteses

# Superior Tribunal de Justiça

do art. 312 do CPP, configurando violação ao princípio da presunção de inocência. Assevera que nada de ilícito foi apreendido com o paciente na diligência de busca e apreensão – nenhum entorpecente ou armamento ou outro material típico do crime de tráfico.

Ressalta, ademais, que o paciente é primário, tem profissão lícita, família e é responsável por sua filha, abandonada pela mãe, tendo inclusive a guarda provisória, o que evidenciaria a possibilidade de aplicação de outras medidas mais brandas.

Ante o exposto, pede, em liminar e no mérito, a revogação da prisão preventiva do paciente.

É o relatório, **decido**.

A liminar em recurso ordinário em *habeas corpus*, bem como em *habeas corpus*, não possui previsão legal, tratando-se de criação jurisprudencial que visa a minorar os efeitos de eventual ilegalidade que se revele de pronto na impetração.

Em um juízo de cognição sumária, **não visualizo** manifesta ilegalidade no ato ora impugnado a justificar o deferimento da medida de urgência.

No caso, ao que parece, a prisão foi decretada em razão do risco de reiteração, como se vê dos seguintes fragmentos do decreto de prisão preventiva (e-STJ fls. 40, 44/46 e 50):

*O representado Emanuel Molinett, vulgo "Maneco", no curso das investigações, realizou inúmeras negociações de entorpecentes, estando associado com Fernando e Célio. Em outra ocasião, o investigado é citado em ligação entre Valdisnei e Sidmir, como alguém que estaria adquirindo entorpecentes para revenda.*

*[...]*

*A prova da materialidade e os indícios de autoria encontram-se, portanto, estampados nos autos.*

*Lado outro, no presente caso, respeitando o binômio adequação/necessidade, vislumbra-se que a garantia da ordem*

# *Superior Tribunal de Justiça*

*pública se faz necessária, uma vez que, soltos, os investigados poderão voltar a praticar condutas delituosas, tornando a traficar drogas ou mesmo cometer outros crimes de maior gravidade, pois conforme exposto, os representados estão associados com o fito de comercializar substâncias proibidas e, ainda, dedicam-se para a referida prática ilícita.*

*Cabível, no ponto, mencionar que durante todo o período da investigação, e até os dias atuais, há indícios de que os investigados, e a rede de aquisição, distribuição, e venda das drogas, se mantém ativa, dela podendo eles auferir lucros e manter incólume atividade criminosa que, como se sabe, busca se valer do silêncio e da ação sub-reptícia para lograr êxito e manutenção.*

*Inclusive, cabível considerar que praticamente em todas as quinzenas após a inclusão dos alvos da operação, há registros e relatos de negociações, compras, vendas, cobranças, discussões sobre forma de comercialização, a indicar que os atos são atuais, ocorridos quando do início dos atos investigativos, durante eles, hoje em dia, e, caso não decretada a preventiva, certamente para o futuro.*

*Deixar de considerar essa realidade é ignorar o que aparentemente se deflui do contexto aparentemente criminoso em que envolvidos os acusados.*

*Cabível, outrossim, considerar que caso a prática delitiva apontada fosse esporádica, eventual, ou tivesse ingressado dentro da esfera de arrependimento de algum ou alguns dos investigados, era esperado deles que deixassem de comprar, vender, negociar, trocar, e cobrar os entorpecentes mencionados (notadamente, cocaína e maconha), e figurassem somente em um ou poucas ocasiões nos relatórios e nas interceptações.*

*Como se vê do relatório (profícuo e aprofundado, aliás) de seq. 7, o que se vê é situação absolutamente diversa, em que a estabilidade, a busca do lucro e da comercialização de entorpecentes são os motes que moviam e ainda movem a ação dos investigados.*

*Portanto, e malgrado tenham, ou não, antecedentes ou outros registros, o que se vê é que a estrutura da organização criminosa, como apontada pela douta Autoridade Policial, voltada à comercialização de entorpecentes em Ampére-PR e região, próxima à fronteira (como abaixo melhor descrito), é comportamento que possui gravidade concreta suficiente para permitir a prisão preventiva de todas as pessoas apontadas*

***pela Delegada de Polícia.***

*Há notória gravidade no tráfico de drogas, seja pelos malefícios à saúde física e psíquica dos usuários, seja pelos danos sociais, tais como estímulo à violência e rompimento de vínculos relacionados. Deve-se ter em vista ainda que o crime de tráfico de drogas vem assolando há anos a região, especialmente em razão da proximidade com o Paraguai, país vizinho ao Brasil, manifestamente conhecido por ser produtor de substâncias entorpecentes.*

*Deveras, o uso e a disseminação das drogas tem sido hodiernamente preocupação não só das autoridades constituídas, mas de toda sociedade, que vê e sente o crescimento em progressão geométrica desse mal que atinge todas as camadas sociais, atacando especialmente jovens e adolescentes, e, ultimamente, até crianças, fazendo deles dependentes e desencadeando não só a degeneração da pessoa do usuário, mas também da sua família e da comunidade em geral, visto que o vício incontido tem sido causa da prática de inúmeros outros delitos (violência doméstica, furto, roubo etc), o que, sem dúvida, abala severamente a ordem pública, revolta a sociedade, que por sua vez exige providências severas por parte do Poder Judiciário com vistas a coibir esta prática delituosa.*

*Assim, ao referir-se à legislação adjetiva em assegurar a ordem pública, pretendeu impedir que delinquentes pratiquem novos delitos, bem como, consoante frisado oportunamente, acautelar o meio social e a própria credibilidade da Justiça, em face da gravidade do crime e de sua repercussão, como medida de contenção da violência decorrente do comércio de drogas, que vem se alastrando de modo expressivo nesta Comarca, representado neste momento pelo expressivo número de investigados como suspeitos pela prática do referido crime.*

*[...]*

*Nesse palmilhar, aliás, como se vê alguns dos alvos da operação estão já presos em outros processos-crime alguns ainda em andamento, outros já com condenação, incidindo, para eles em específico, para além da fundamentação supra acerca da gravidade em concreto dos fatos apontados como elementos aptos à reconhecer a necessidade de resguardo da ordem pública, também a possibilidade de reiteração para esse mesmo fim.*

# *Superior Tribunal de Justiça*

Assim, não obstante os fundamentos apresentados pela defesa, mostra-se imprescindível uma análise mais aprofundada dos elementos de convicção constantes dos autos, para se aferir a existência de constrangimento ilegal, valendo ressaltar que o pedido liminar se confunde com o próprio mérito da impetração, o qual deverá ser apreciado em momento oportuno, por ocasião do julgamento definitivo do *habeas corpus*.

Ante o exposto, **indefiro** o pedido liminar.

Dispenso as informações.

Encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal.

Intimem-se.

Brasília (DF), 26 de novembro de 2019.

Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA  
Relator